



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO - EXTRAJUDICIAL

RELATÓRIO COMUM A TODAS AS ATRIBUIÇÕES

IDENTIFICAÇÃO
Comarca/Juízo: Cartório do Único Ofício do Bairro da Paz
Polo/Região Judiciária: Parauapebas
Magistrado(a) corrigente: LUCIO BARRETO GUERREIRO

EDITAL DE CORREIÇÃO Nº 002/2024 - CGJ
Data da publicação: 22.02.2024 (DJe).
Data da abertura da correição: 06 de Junho de 2024
Data do encerramento da correição: 06 de Junho de 2024
Observações:

DADOS GERAIS DA SERVENTIA	
Nome oficial da serventia: CARTÓRIO DA PAZ – Cartório Benoliel	
Código Nacional da Serventia (CNS): 06.848-6	CNPJ: 10.310.690/0001-39
Endereço: Rua 24 de março, 42-A, Bairro da Paz – Parauapebas - Pará	
Telefone fixo:	Celular: (94) 99163-9751
e-mail: cartorio.benoliel@gmail.com	Celular Plantão (RCPN): (94) 99163-9751
ATRIBUIÇÕES	
(x) Tabelionato de Notas () Tabelionato de Protesto () Registro de Imóveis () Registro de Títulos e Documentos	(x) Registro Civil das Pessoas Naturais () Registro Civil das Pessoas Jurídicas () Registro de Distribuição

DADOS GERAIS DO(A) DELEGATÁRIO(A) E EVENTUAL EQUIPE

IDENTIFICAÇÃO DO(A) DELEGATÁRIO(A)	
<u>Nome do(a) Responsável pelo Cartório: ABRAHAN NISSIM BENOLIEL</u>	
Status do(a) responsável: (X) Titular () Interino(a) () Interventor(a)	CPF: 796.321.907-00
Endereço: Rua Kalapalo Quadra 75 Lote 14-W. Bairro Parque dos Carajás	Ato de nomeação: PORTARIA Nº 1.284/2008-GP Data da posse / exercício: 05.09.2008
Telefones: (94) 99163-9751	e-mail: cartorio.benoliel@gmail.com



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

IDENTIFICAÇÃO DO(A) SUBSTITUTO(A) LEGAL	
(x) Não existe Substituto(a) Legal na serventia, razão pela qual se desconsidera os demais itens do presente tópico.	
Nome do(a) Substituto(a) Legal: xxxxxxxxxxxxxxxx	
CPF: xxxxxxxxxxxxxxxx	Portaria de designação: xxxxxxxxxxxxxxxx
Endereço: xxxxxxxxxxxxxxxx	Telefones: xxxxxxxxxxxxxxxx E-mail: xxxxxxxxxxxxxxxx
1	<p>A designação de substituto(a) legal observou os requisitos do art.24 do Código de Normas? () Regular, pois de acordo com os dispositivos legais à época da nomeação. (x) Irregular. Motivo: Não houve designação e está irregular inclusive no sistema Justiça Aberta</p> <p>Observações/Providências:</p>
PREPOSTOS	
() Não existem prepostos na serventia, razão pela qual se desconsidera os demais itens do presente tópico.	
2	<p>Apresentação do Livro de Registro de Empregados devidamente preenchido? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: São dois colaboradores (Lucas e Luana) – Ambos com carteira assinada. Ocorre que ambos encontravam-se com os seus respectivos salários atrasados, já há alguns meses.</p>
3	<p>Existência de quadro de horário de trabalho dos prepostos com indicação das respectivas funções e das respectivas portarias de designação devidamente atualizadas? () SIM (x) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Há na placa externa da serventia apenas a indicação do horário de funcionamento (08:00h às 18:00), com intervalo de 13:00h às 15:00h. O cartório também abre aos sábados e domingos sob a justificativa de realização de plantão de registro Civil. Há a indicação da disponibilidade de serviços estranhos à atividade notarial e de registro na placa da serventia, tais como elaboração de contratos e venda de imóveis. Não há especificação das funções dos colaboradores.</p> <p>Foi ressaltado que o trabalho aos finais de semana é exclusivamente com a finalidade de realização de eventual registro de óbito, e deve ser devidamente remunerado de acordo com as leis trabalhistas, devendo ser realizados apenas os trabalhos alusivos ao Plantão.</p> <p>De outro lado, o plantão pode ser feito por meio de rodízio entre as serventias de registro civil da comarca, não havendo a necessidade de todas as serventias funcionarem no final de semana.</p>
4	<p>Designação dos escreventes foi feita através de Portaria do Cartório, indicando nome e função, com comunicação ao Juízo de Registros Público e à Corregedoria Geral a Justiça? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Existe apenas um escrevente designado</p>
CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL DO CARTÓRIO	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

5	<p>As instalações físicas são salubres e adequadas para funcionamento, dispondo de bom estado de conservação e higiene, proporcionando bom atendimento aos usuários, com conforto, proteção à saúde e segurança? () SIM (x) NÃO</p> <p>Observações/Providências: A serventia encontra-se em estado de total e absoluta desorganização, apresentando instalações insalubres, desorganizadas, empoeiradas, em total desacordo com as condições mínimas da prestação de um serviço público adequado e de qualidade ao usuário. Pastas, papéis, cartões de assinaturas jogados e amontoados no chão, sujos e deixados em cima de mesas, sem critério, limpeza e o mínimo de organização, sendo um ambiente insalubre de trabalho aos colaboradores e ao próprio delegatário.</p> <p>O Titular manifestou seu interesse em renunciar pois informa que se viu imerso em dívidas, assumindo que não recolhe os o FRC e FRJ ao Tribunal de Justiça há mais de um ano.</p> <p>Foram feitas inúmeros registros fotográficos demonstrando o estado de abandono do serviço prestado.</p> <p>Não possui Alvará de Funcionamento da Prefeitura, nem do Corpo de Bombeiros. Há um ventilador grande que espalha calor e poeira pelo espaço, além de tomadas e fios expostos, banheiros sujos, sem bebedouro disponibilizado ao público.</p> <p>O titular alega que todos esses problemas decorreriam da falta de arrecadação da serventia, o que não parece condizer com a realidade, considerando tratar-se de uma serventia com a atribuição de Tabelionato de Notas em um município próspero, com uma das maiores arrecadações do Estado. As demais serventias possuem arrecadação suficiente, superior a R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) semestrais, não havendo motivos para um arrecadação tão irrisória.</p> <p>Faz-se necessária uma imediata providencias do Sr. Titular para retomar o serviço de forma adequada, sob pena de sua responsabilização, dado o grau da desorganização, e descumprimento de normas mínimas de funcionamento.</p>
6	<p>O mobiliário é ergonômico, encontrando-se em bom estado de conservação? () SIM (x) NÃO</p> <p>Observações/Providências: As cadeiras são plásticas, sendo que as poucas cadeiras de escritório estão em estado precário. O mobiliário é inadequado, não ha cadeira suficientes de espera.</p>
7	<p>Está localizado em área sujeita à ocorrência de alagamentos, incêndio, infiltrações e umidade? () SIM (x) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
8	<p>Os elementos de identificação de serviço delegado são bem apresentados, possuindo sinalização com placa fixa de identificação, em material resistente, com os seguintes dados: a) nome oficial do cartório e a natureza dos serviços; b) horário de funcionamento; c) número de telefone e, no caso de cartório de registro civil de pessoas naturais, número de contato telefônico fixo ou celular para plantão aos sábados, domingos e feriados civis e religiosos. (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Ressalta-se que na placa da serventia existem serviços disponibilizados que são incompatíveis com a atividade, como, por exemplo, a elaboração de petições e contratos, que não se encontram na tabela de emolumentos. Há, ainda, aviso ostensivo de venda de terrenos, cujo contato é o do próprio delegatário, atividade de desborda da atividade notarial.</p>
9	<p>Dispõe de licenças e alvarás para funcionamento do prédio, seja a do ente municipal, seja o expedido pelo Corpo de Bombeiros, bem como de material de segurança contra incêndios, tais como extintores? () SIM (x) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

10	<p>As acomodações da serventia propiciam segurança ao arquivamento de livros e documentos? () SIM (x) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Não existe sala de arquivo. Os livros estão dispostos de forma não organizada, em armários de ferro, dentro do salão da serventia, sem qualquer segurança de acesso, misturados a diversas pastas, documentos e papéis sem classificação e de difícil manuseio devido à sujeira e ao estado de conservação do próprio ambiente e desses materiais.</p>
11	<p>Oferece acessibilidade às pessoas com deficiência, lactantes, gestantes e idosos? () SIM (x) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Não possui acessibilidade.</p>
12	<p>O espaço destinado ao atendimento é adequado, dispondo de cadeiras, bebedouro, balcão preferencial e climatização? () SIM (x) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Existe um bebedouro de uso dos dois funcionários, podendo ser ofertado ao público em caso de solicitação. Há algumas cadeiras dispostas na parte do atendimento. Não existe refrigeração no local, e a incidência do sol ocorre diretamente na área de atendimento, causando desconforto térmico relevante a despeito da existência de ventiladores.</p>
13	<p>As instalações elétricas e hidráulicas do cartório estão em perfeito estado de funcionamento e boa conservação? () SIM (x) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Existem fios elétricos dispostos pelo chão, o banheiro dos funcionários em estado de deterioração com uma caixa d'água no chão do banheiro</p>
14	<p>Há boa conectividade com a rede mundial de computadores (internet); equipamentos eletrônicos são atuais e se prestam a sua funcionalidade, considerando o porte do cartório? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DELEGADOS E ATENDIMENTO	
15	<p>O atendimento é realizado com eficiência, urbanidade e presteza (considerando vestimenta, uniforme e cordialidade dispensada ao público)? () SIM (x) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Inúmeras são as reclamações existentes até mesmo on line, conforme registros de pesquisa no Google, falando do mau atendimento. Por ocasião da correição, percebeu-se que o serviço não era prestado a contento, tendo o delegatário agido de modo ríspido com os usuários que chegavam, manifestando a obrigação de suspender o atendimento em razão da existência de apenas dois funcionários e a realização da correição por esta CGJ.</p>
16	<p>Comparecimento diário do delegatário ao cartório, no horário de expediente, atuando o substituto legal apenas em eventuais ausências ou impedimentos? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
17	<p>A serventia observa a jornada de 06(seis) a 08(oito) horas diárias, de segunda a sexta-feira, para atendimento ao público, informando sobre o horário de funcionamento ao Juízo de Registros Públicos e à Corregedoria Geral de Justiça? () SIM (x) NÃO</p> <p>Observações/Providências: O delegatário foi advertido de que a jornada de trabalho deve observar e estar adstrita ao cumprimento das leis trabalhistas, notadamente quanto ao pagamento das verbas alimentares (salários), previdência, fgts e horas extras aos colaboradores.</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

18	<p>Há respeito à prioridade das pessoas com deficiência, lactantes, gestantes e idosos? () SIM (x) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Não foi possível constatar considerando que o atendimento foi suspenso pelo delegatário.</p>
19	<p>Existe sistema de distribuição de senhas, considerando o porte do cartório? () SIM (x) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Distribuição de senhas manuais, distribuindo-se, conforme declarado, cerca de 60 (sessenta) senhas diárias. As senhas são apenas para reconhecimento e autenticação de cópias. Os demais serviços como a demanda é pouca, o atendimento é imediato.</p>
20	<p>O quantitativo de prepostos é suficiente à adequada prestação de serviço, em conformidade com a demanda (considerando o porte do cartório, o movimento de serviços prestados e pessoas atendidas)? () SIM (x) NÃO</p> <p>Observações/Providências: São apenas 02 (dois) colaboradores, que não dão conta de prestar o serviço adequadamente. Ademais, estão sem receber os salários já há algum tempo, conforme questionado em correição, e declarado pelos mesmos.</p>
21	<p>As tabelas de emolumentos em vigor, assim como os cartazes informativos da gratuidade dos serviços e do selo digital, encontram-se afixados em local visível, de fácil leitura e acesso ao público? () SIM (x) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Não havia Tabela de Emolumentos fixada no quadro de avisos da serventia</p>
22	<p>É fornecido, independentemente de solicitação, recibo discriminado dos emolumentos percebidos? () SIM (x) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Pagamento em dinheiro (espécie) e pix, não sendo fornecido recibo pelo serviço prestado.</p>
23	<p>O atendimento aos usuários se dá em tempo de espera razoável e observa eventual norma municipal que disciplina o tempo de espera nas serventias extrajudiciais? () SIM (x) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Foi observada uma pessoa no balcão de atendimento, havendo espera superior a 30 (trinta) minutos para finalização do atendimento, com a suspensão do serviço durante os trabalhos correicionais com a chegada de novos usuários.</p>
24	<p>São mantidos na Serventia as leis, regulamentos, resoluções, provimentos, regimentos, ordens de serviço e quaisquer outros atos que digam respeito à sua atividade (Art. 30, IV, da Lei nº 8.935/94), bem como as legislações mencionadas no art. 22, do CN - Tomo II? () SIM (x) NÃO</p> <p>Observações/Providências: A desorganização documental não permitiu a localização de tais arquivos</p>
25	<p>As dúvidas suscitadas são encaminhadas ao Juízo competente? () SIM (x) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Não recordam de tê-lo feito.</p>
26	<p>A escrituração dos livros e documentos satisfaz às exigências legais (termos de abertura e encerramento, numeração e autenticação de folhas, ausência de rasuras, emendas, ressalvas etc., bem como a utilização do livro auxiliar (Prov. CNJ nº 149/2023 - arts. 42 a 51, e arts. 185 a 193) ? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Os livros possuem esses requisitos, todavia os livros em uso e não encadernados estão classificados em pastas AZ, furando o ato, e causando um aspecto de sujeira e desorganização (fotos), havendo até mesmo rasgo de páginas.</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

27	<p>Existem práticas viciosas a serem coibidas? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Falta de limpeza regular do espaço, desorganização e deteriorização de documentos e livros, não pagamento de salários dos colaboradores no prazo legal, ausência de recolhimento das taxas devidas ao Tribunal, anúncio e oferecimento de serviços estranhos à atividade notarial e de registro, e não previstos na Tabela de Emolumentos, não fornecimento de recibo discriminando os emolumentos aos usuários, ausência de fixação da Tabela, funcionamento da serventia aos finais de semana para outros fins que não o plantão do RCPN, falta de acessibilidade predial e de urbanidade no tratamento aos usuários.</p>
DEMAIS ASPECTOS DE FISCALIZAÇÃO EM RELAÇÃO AO DELEGATÁRIO E AO CARTÓRIO	
28	<p>Estrita observância quanto a cobrança dos emolumentos fixados para a prática dos atos do seu ofício, com a afixação da tabela em local de fácil acesso ao público? () SIM (x) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Apesar do delegatário ter afirmado que a cobrança é realizada de forma rigorosa, a Tabela de Emolumentos sequer se encontra disponível e acessível ao público, não havendo maiores evidências documentais e empíricas sobre a higidez da observância e cobrança. Conforme identificado nos itens anteriores, a serventia sequer fornece recibo dos atos praticados e existe anúncio ostensivo do oferecimento de serviços estranhos às atividades, notadamente elaboração de contratos e petições, além do anúncio de venda de terrenos cujo contato direto é o do próprio titular.</p>
29	<p>Guarda e manutenção dos livros, papéis e documentos do acervo do cartório em local salubre e sem presença de umidade? () SIM (x) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Os Livros estão desorganizados, sujos, alguns já em estado de deteriorização, conforme fotos. Estão dispostos em armários de ferro sem limpeza e conservação adequados já que o ambiente é insalubre. São poucos livros, conforme inventário: 19 Livros de Nascimento; 36 Livros de Procuração; 19 Livros de Escrituras; 02 Livros de óbito; 12 Livros de Nascimento; 02 Livros de Casamentos; 03 Livros de Proclamas; 01 de Livro de Substabelecimentos; 01 Livro de Testamentos</p>
30	<p>Adoção de sistemas de cópias de segurança, “backup” em mídia eletrônica, digital ou outro método hábil a sua preservação, abrangendo todos os livros obrigatórios, com periodicidade inferior a 30 (trinta) dias? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Back up em nuvem pelo sistema ACSIV.</p>
31	<p>Capacidade técnica plena do escrevente substituto para, nas eventuais ausências ou impedimento, substituir o delegatário? () SIM (x) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Não há substituto legal designado.</p>
32	<p>Respeito ao princípio da territorialidade na prática dos atos? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
33	<p>Respeito à vedação legal no funcionamento de sucursais do serviço? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
34	<p>Existência e regularidade do Livro de Visitas e Correições (Prov. CNJ nº 149/2023, art.185, I)? () SIM (x) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

35	<p>Existência e regularidade do Livro Diário Auxiliar da Receita e da Despesa (Prov. CNJ nº 149/2023, art. 185, II)? As despesas lançadas no livro resultam da prestação do serviço delegado, estando rigorosamente dentre aquelas autorizadas pelo art. 8º do Provimento 45/2015 da Corregedoria Nacional de Justiça (Prov. CNJ nº 149/2023, art. 8º, “a” a “m”)? Está sendo visado anualmente pelo Juízo Corregedor? (<input type="checkbox"/>) SIM (<input checked="" type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências: O delegatário informou que existia e que não teria mais saldo para pagar o programa que executava o livro.</p>
36	<p>Existência e regularidade do Livro Controle do Depósito Prévio, nos cartórios cujo serviço o admitam (Prov. CNJ nº 149/2023, art. 185, III)? (<input type="checkbox"/>) SIM (<input checked="" type="checkbox"/>) NÃO (<input type="checkbox"/>) INAPLICÁVEL</p> <p>Observações/Providências: Não possui, e, porém, não se trata de livro obrigatório</p>
37	<p>O Sistema Justiça Aberta Extrajudicial do Conselho Nacional de Justiça é alimentado com dados semestrais atualizados da serventia, do delegatário, arrecadação e repasses? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências: No Justiça aberta informa a existência de 07 (sete) colaboradores, de fato existem apenas 02 (dois).</p>
38	<p>O(A) Oficial(a) acessa diariamente o Processo Judicial Eletrônico das Corregedorias – PJeCOR, Malote Digital do Conselho Nacional de Justiça – CNJ e o E-mail Oficial disponibilizado pela Corregedoria, que são o meio de comunicação oficial entre os serviços notariais e de registro e entre estes e os órgãos do Poder Judiciário do Estado do Pará? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Porém, não apresentou devolutiva prévia sobre os relatórios de correição encaminhados ao e-mail oficial da serventia</p>
39	<p>A Serventia possui registro de conteúdo eletrônico de todos os atos notariais e registrais de seu ofício, conforme determina o Provimento n.º 149/2023 (art. 149) do CNJ? (<input type="checkbox"/>) SIM (<input checked="" type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Foi identificado o sistema ACSIV. A Serventia não está correta e inteiramente integrada ao CRC, pois poucos atos atuais e pretéritos estão informados ao sistema, conforme os relatórios de pendências, prints de tela e demais consultas realizadas, em anexo.</p>
40	<p>A serventia oferece o serviço de cópias reprográficas? Qual o valor? (Verificar se a informação está ostensiva, pois é obrigatória e se os preços são módicos) (<input type="checkbox"/>) SIM (<input checked="" type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
DA CORRETA UTILIZAÇÃO DOS SELOS DIGITAIS	
41	<p>A serventia mantém sistema eletrônico compatível com os padrões definidos pelo código de normas para recepção dos atos praticados pelos sistemas de informação do Tribunal de Justiça e pela documentação de integração? (Pedir para ver o sistema) (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Sistema ACSIV</p>
42	<p>Os selos de fiscalizações estão sendo utilizados, obedecendo-se a ordem cronológica? (Pedir para ver o sistema - não sendo obedecida, deve-se comunicar a CGJ para cancelamento de todos os selos fora de ordem, para não configurar quebra de sequência) (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

43	<p>Os selos estão sendo inseridos eletronicamente na última folha dos atos praticados – art. 149 e 150 do Código de Normas, acompanhado do carimbo da serventia e do sinal público do responsável pelo ato, de modo que fique assegurada a plena visualização de todos os itens do Selo Digital? (Somente é permitida a impressão de etiquetas em atos que não comportem inclusão eletrônica, tais como autenticação, reconhecimento e dut do detran, e, nos demais atos, tais como certidões, escrituras, procurações e etc... verificar se o selo se encontra inserido eletronicamente na última folha do documento). (<input type="checkbox"/>) SIM (<input checked="" type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Os selos são apenas referidos, não havendo a colocação da imagem do selo com QR Code para a conferência.</p>
44	<p>No caso da utilização de etiqueta autoadesiva, é lançado sobre parte da etiqueta aplicada ao documento o carimbo da Serventia e a rubrica do responsável ou de seu preposto, permanecendo sempre legível a numeração do Selo Digital utilizado. (art. 149 do Código do Código de Normas)? (<input type="checkbox"/>) SIM (<input checked="" type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências: O selo utilizado é apenas um adesivo branco, com a identificação do cartório. Não utiliza selos com dispositivos de segurança.</p>
45	<p>Os selos de fiscalização estão de acordo com os padrões definidos pelo Código de Normas e documentação de integração? (Tamanho, dados e informações – pedir para ver alguns selos utilizados) (<input type="checkbox"/>) SIM (<input checked="" type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Parcialmente. Apenas os selos impressos em documentos estão de acordo com os padrões do TJ.</p>
46	<p>Os atos selados estão sendo enviados imediatamente após suas conclusões, em documento html, ao sistema de informação do tribunal de justiça? (<input type="checkbox"/>) SIM (<input checked="" type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências: A remessa dos selos são feitas até o dia seguinte.</p>
47	<p>A serventia possui pendência de declaração de selos utilizados? (Consultar o sistema – SIAE ou pedir informações prévias ao setor de arrecadação) (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências: De acordo com o relatório situacional existem apenas 12 selos não declarados. O relatório situacional foi encaminhado ao e-mail da serventia, contendo o histórico destes selos.</p>
48	<p>A serventia ainda possui em seu acervo selos físicos pendentes de devolução ao Tribunal de Justiça? (Consultar previamente a divisão de arrecadação. Caso possua, deve proceder a imediata devolução ao TJ) (<input type="checkbox"/>) SIM (<input checked="" type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Conforme relatório situacional emitido pela SEPLAN</p>
49	<p>Como a serventia tem procedido quando da necessidade de proceder retificações e cancelamentos de selos? (A serventia deve solicitar autorização Corregedoria para cancelamento e retificação) (<input type="checkbox"/>) SIM (<input checked="" type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Raramente faz, mas nunca utilizaram o sistema</p>
50	<p>A serventia está obedecendo a determinação do código de normas, no sentido de manter estoque de selos para, no mínimo, 10 (dez) dias, antes de solicitar nova compra, a fim de que os serviços não sofram descontinuidade e prejudique a população? (Alertar que a inobservância a essa regra configura infração disciplinar) (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

51	A serventia está cadastrando as partes envolvidas no ato, no momento da selagem, inclusive com RG e CPF? (<input checked="" type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO Observações/Providências: Através do selo digital exige-se esse cadastro.
52	Foi feita a conferência dos selos digitais impressos nos livros da serventia em comparação com a consulta pública pelo QR CODE ou pelo portal da TJ/PA, resultando na exata identificação entre os elementos de ambos (ato praticado, livro/folha/termo, valor dos emolumentos, encargos e valor total). (<input type="checkbox"/>) SIM (<input checked="" type="checkbox"/>) NÃO Observações/providências: Não foi possível pois os selos não são impressos ao final dos atos.
CERTIDÕES NEGATIVAS	
53	Em se tratando de serventia vaga, o responsável interino procede ao recolhimento de eventual quantia que, em sua renda líquida, exceda ao teto remuneratório de 90,25% do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, até o dia 10 do mês subsequente, apresentando o respectivo comprovante de pagamento, conforme art. 34 do Provimento Conjunto nº 02/2019-CJRMB/CJCI? (<input type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO (<input checked="" type="checkbox"/>) INAPLICÁVEL Observações/Providências:
54	Apresentou comprovação do correto recolhimento das taxas de fiscalização (FRJ e FRC)? (<input type="checkbox"/>) SIM (<input checked="" type="checkbox"/>) NÃO Observações/Providências: Esté em débito, conforme consta no relatório situacional da SEPLAN. O Titular não honra o pagamento das taxas de FRC e de FRJ já há muito tempo, acumulando dívidas perante o Tribunal.
55	Apresentou Certidão Negativa de Débitos perante a Fazenda Pública Municipal pelo CPF do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia? (<input type="checkbox"/>) SIM (<input checked="" type="checkbox"/>) NÃO Observações/Providências:
56	Apresentou Certidão Negativa de Débitos perante a Fazenda Pública Estadual pelo CPF do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia? (<input type="checkbox"/>) SIM (<input checked="" type="checkbox"/>) NÃO Observações/Providências:
57	Apresentou cópia da última GPS (Guia da Previdência Social) e GFIP (Guia de Recolhimento do FGTS) , comprovando o uso do CEI (art. 17, II, b; e art. 19, II, g, Instrução Normativa RFB nº 971/2009)? (<input type="checkbox"/>) SIM (<input checked="" type="checkbox"/>) NÃO Observações/Providências:
58	Apresentou Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT pelo CPF do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia? (<input type="checkbox"/>) SIM (<input checked="" type="checkbox"/>) NÃO Observações/Providências:
59	Apresentou Certificado de Regularidade do FGTS - CRF pelo CEI do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia? (<input type="checkbox"/>) SIM (<input checked="" type="checkbox"/>) NÃO Observações/Providências: Colaboradores com salários atrasados e provável inadimplemento de verbas trabalhistas pelo delegatário



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

60	<p>Apresentou Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União pelo CPF do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia? () SIM (x) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
61	<p>Apresentou Comprovante de transmissão da DOI dos últimos 12 (doze) meses, com utilização de Certificado Digital do Titular da Serventia; () SIM (x) NÃO () INAPLICÁVEL</p> <p>Observações/Providências: Não possuem o arquivo comprovando o controle de comunicações. Imprimiram na hora um recibo de envio do mês de junho/2024.</p>
PROVIMENTO Nº 149/2023 CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA	
62	<p>O notário ou registrador implantou políticas, procedimentos e controles internos de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo no âmbito da serventia, bem como informou os dados do oficial de cumprimento no Sistema Justiça Aberta?" (CNJ, Provimento 149/2023, art. 144) (x) SIM () NÃO () INAPLICÁVEL</p> <p>Observações/Providências: São integrados ao Siscoaf, sendo o próprio delegatário o Oficial de Cumprimento.</p>
63	<p>Havendo indícios da prática de crime de lavagem de dinheiro ou de financiamento do terrorismo, ou de atividades a eles relacionadas, é observado o prazo de um dia útil após o exame da operação ou proposta de operação para comunicação ao Coaf? (CNJ, Prov. n. 149/2023, art. 151, caput) (x) SIM () NÃO () INAPLICÁVEL</p> <p>Observações/Providências: O titular informou que realiza as comunicações no mesmo dia</p>
64	<p>O notário ou registrador, ou seu oficial de cumprimento, informa a CGJ-PA, até o dia 10 dos meses de janeiro e julho, a inexistência, nos 6 meses anteriores, de operação ou proposta suspeita passível de comunicação ao Coaf? (CNJ, Prov. n. 149/2023, art. 153) () SIM (x) NÃO () INAPLICÁVEL</p> <p>Observações/Providências:</p>
65	<p>O notário ou registrador, ou o oficial de cumprimento atende às requisições formuladas pelo Coaf e pelo CNJ na periodicidade, forma e condições por eles estabelecidas, com a preservação do sigilo das informações prestadas? (CNJ, Prov. n. 149/2023, art. 178) () SIM (x) NÃO () INAPLICÁVEL</p> <p>Observações/Providências: Não ocorreram casos de requisições, segundo relatado pelo delegatário</p>
66	<p>O notário ou registrador mantém cadastro dos envolvidos, inclusive representantes e procuradores, nos atos notariais protocolares e de registro com conteúdo econômico? (CNJ, Prov. n. 149/2023, art. 145, caput) (x) SIM () NÃO () INAPLICÁVEL</p> <p>Observações/Providências: Cadastro feito manualmente e no sistema</p>
67	<p>O notário ou registrador mantém cadastro das pessoas físicas envolvidas, inclusive representantes e procuradores, nos atos notariais protocolares e de registro com conteúdo econômico, com todos os dados elencados no art. 145, § 1º do Prov. n. 149/2023, CNJ ? (x) SIM () NÃO () INAPLICÁVEL</p> <p>Observações/Providências: Cadastro feito manualmente e no sistema</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

68	<p>O notário ou registrador mantém cadastro das pessoas jurídicas envolvidas, inclusive representantes e procuradores, nos atos notariais protocolares e de registro com conteúdo econômico, com todos os dados elencados no art. 145, § 2º do Prov. n. 149/2023, CNJ?</p> <p>(<input checked="" type="checkbox"/>) SIM () NÃO () INAPLICÁVEL</p> <p>Observações/Providências: Cadastro feito manualmente e no sistema</p>
PROVIMENTO CNJ Nº 74/2018 – PADRÕES MÍNIMOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (ART. 206 DO PROV. CNJ 149/2023)	
69	<p>A serventia apresentou laudo técnico certificando que está adequada aos padrões mínimos de segurança atendendo as exigências técnicas do Provimento nº 74/2018 do Conselho Nacional de Justiça?</p> <p>() SIM (<input checked="" type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p> <p>Caso a serventia não apresente laudo técnico, devem ser preenchidos integralmente os itens abaixo:</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

70

Em relação aos parâmetros definidos no Provimento 74/CNJ, a serventia está enquadrada em que classe?

- classe 1 (arrecadação de até R\$ 100.000,00 por semestre)
 classe 2 (arrecadação de R\$ 100.000,00 a R\$ 500.000,00 por semestre)
 classe 3 (arrecadação superior a R\$ 500.000,00 por semestre)

OBS – 1. Informações disponíveis no site da Corregedoria de Justiça

Possui rede elétrica devidamente aterrada?

- SIM NÃO

Observação:

Possui nobreak compatível com os servidores instalados, com autonomia de pelo menos 30 minutos?

- SIM NÃO

Observação:

Link de comunicação de dados megabits:*

- 2 Megabits 5 Megabits 10 Megabits Mais de 10 Megabits

Observação: 20Mb

Possui local técnico isolado dos demais ambientes (alvenaria ou divisórias), com restrição de acesso por chave?

- SIM NÃO

Observação:

Possui local com refrigeração compatível com a quantidade de equipamentos e metragem?

- SIM NÃO

Observação: A serventia não possui refrigeração em nenhum ambiente.

Possui dispositivo de armazenamento (storage):

- inexistente físico virtual

Observação: única e exclusivamente no servidor físico.

Possui serviço de cópias de segurança na internet (backup em nuvem)?

- SIM NÃO

Observação: ACSIV

Possui servidor com sistema de alta disponibilidade que permita a retomada do atendimento à população em até 15 minutos após eventual pane do servidor principal?

- SIM NÃO

Possui impressoras e scanners (multifuncionais)?

- SIM NÃO

Quantos?

Observação: duas impressoras sendo ambas multifuncionais

Possui switch para a conexão de equipamentos internos?

- SIM NÃO

Observação: Possui apenas conexão via wifi.

Possui roteador para controlar conexões internas e externas?

- SIM NÃO

Observação:

Possui softwares licenciados para uso comercial?

- SIM NÃO. Especificar

Observação: Apenas o ACSIV

Possui software antivírus e antissequestro?



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

	<p><input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO Observação: Não souberam informar.</p> <p>Possui firewall? <input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO Observação:</p> <p>Possui proxy? <input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO Observação: Não souberam informar.</p> <p>Possui banco de dados? <input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO Observação: ACSIV</p> <p>Quantos funcionários do cartório treinados na operação do sistema e das cópias de e segurança ou de empresa contratada que preste o serviço de manutenção técnica com suporte? Observação: Possui um empresa que é acioanda por demanda.</p>
PROVIMENTO CNJ 149/2023 E CGJ Nº 10/2021 - TRATAMENTO E PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS - LGPD	
71	<p>A serventia mantém, em sua unidade, um sistema de controle do fluxo abrangendo a coleta, tratamento, armazenamento e compartilhamento de dados pessoais, até a restrição de acesso futuro? <input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
72	<p>A serventia mantém, em sua unidade, política de privacidade que descreva os direitos dos titulares de dados pessoais, de modo claro e acessível, os tratamentos realizados e a sua finalidade? <input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
73	<p>A serventia já indicou o Encarregado de Proteção de Dados Pessoais, mantendo, em sua unidade, um canal de atendimento adequado para informações, reclamações e sugestões ligadas ao tratamento de dados pessoais, com fornecimento de formulários para essa finalidade (art. 84, I e art. 88 do Provimento CNJ 149/2023)? <input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
74	<p>A serventia mantém, em sua unidade, em local de fácil visualização e consulta pelo público, bem como em seus meios de comunicação, as medidas sobre o cumprimento da lei de proteção de dados, divulgando as informações básicas a respeito dos dados pessoais e procedimentos de tratamento, os direitos dos titulares dos dados, o canal de atendimento disponibilizado aos titulares de dados para que exerçam seus direitos e os dados de qualificação do encarregado, com nome, endereço, e meios de contato? <input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
75	<p>A serventia mantém em sua unidade formulário para terceiros preencherem e assinarem o requerimento para obtenção de informações? <input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO</p> <p>Observações/Providências: A serventia não se adaptou em nada à LGPD, descumprindo os provimentos da CGJ e CNJ.</p>
PROVIMENTO CNJ 149/2023 – CNJ (SISTEMA ELETRÔNICO DE REGISTROS PÚBLICOS)	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

76	<p>A Serventia está integrada tecnologicamente ao SERP – Sistema Eletrônico de Registros Públicos, instituído pela Lei nº 14.382 de 27.06.2022? (A total integração entre os Operadores Nacionais – ON – RCPN, ON-TDPJ e ONR ao ONSERP deve ocorrer em até 90 dias, contados de 03.02.2023)</p> <p>() SIM (x) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Estão integrados à CRC, mas não alimentaram o sistema com as informações pretéritas e nem atuais.</p>
TÓPICO DE ENCERRAMENTO	
78	<p>Foram sanadas todas as irregularidades apontadas no relatório da inspeção realizada no ano anterior?</p> <p>() SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
79	<p>Outras observações: Constam ao final dos relatórios consolidados</p>

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO - REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS	
1	<p>Mantém arquivados os documentos necessários à lavratura dos atos de seu ofício?</p> <p>() SIM (x) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Local bastante desorganizado e sujo, não permitindo a localização desses arquivos</p>
2	<p>Todos os livros da serventia contêm as assinaturas, rubricas, números de páginas e termos de abertura e encerramento obrigatórios aos atos e à escrituração?</p> <p>() SIM (x) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Existem alguns livros encadernados, contendo os referidos requisitos. Mas a partir de 2020 os livros são mantidos em pastas AZ, existindo registros deteriorados, furados para anexação, conforme fotos.</p>
3	<p>São feitas as remissões recíprocas e encaminhadas as comunicações com resumo do assento, dos registros ou averbações levadas a efeito na Serventia, ao oficial em cujo cartório estiverem os registros primitivos, no prazo de cinco dias, consoante o disposto nos arts. 106 e 107 da Lei Federal 6.015/73?</p> <p>() SIM (x) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Parcialmente. Foi verificada a existência de espaço para averbações e retificações. Foi extraída foto de alguns registros já encadernados para fins de amostragem contendo retificações e averbações. Nas pastas físicas onde se encontram os livros, porém, o manuseio é complicado devido ao estado desses documentos. Ficou complicada a identificação do cumprimento dessa exigência. Houve verificação, por amostragem, de um registro de óbito lavrado em 28.05.2024, em relação ao qual não foi feita a comunicação ao cartório de origem (casamento registrado em Marabá). Foi relatada a dificuldade de cumprir tais prazos, não sabendo a auxiliar do cartório informar em quanto tempo conseguem praticar tal ato.</p>
4	<p>São feitas as anotações nos atos anteriores das comunicações recebidas de outras serventias no prazo de cinco dias consoante disposto no arts. 106 e 107 da Lei Federal 6.015/73?</p> <p>() SIM (x) NÃO</p> <p>Observações/Providências: prejudicado, e, conforme item anterior, não foi possível identificar sequer no manuseio por amostragem o cumprimento dessa exigência</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

5	<p>Os editais de proclamas de casamento são afixados em local ostensivo da Serventia e publicados na imprensa local, consoante o disposto no art. 67, §1º, da Lei Federal 6.015/73? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Utilizam o e-proclamas, sendo extraídas as comprovações de publicação dos últimos editais, conforme anexos mas não há afixação na serventia</p>
6	<p>É mantida rigorosamente atualizada a escrituração do Livro “D – de registro de proclamas”, prevista nos arts. 33, inc. VI, e 43, ambos da Lei Federal 6.015/73? () SIM (x) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Com alguma dificuldade foi localizado o arquivo físico. O último livro encadernado data de 2014/15 (D-1). O livro D-2, que está em uso não foi localizado pela funcionária do cartório. No e-proclamas não há nenhum livro gerado, nem tampouco no sistema da serventia, conforme evidências fotográficas, prints e relatórios extraídos</p>
7	<p>Há juiz de paz na serventia? Como é feita sua remuneração? () SIM (x) NÃO</p> <p>Observações/Providências: A juíza de paz da Comarca celebra os casamentos no 1º Ofício. A serventia não remunera. Há poucos casamentos, segundo informado pelo Oficial.</p>
8	<p>É observada a territorialidade para a lavratura dos assentos de nascimento (lugar em que tiver ocorrido o parto ou no lugar da residência dos pais), conforme dispõe o art. 50, caput, da Lei Federal 6.015/73? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: foram verificados alguns assentos para confirmação dessa informação</p>
9	<p>É observada a territorialidade para a lavratura dos assentos de casamento (distrito de residência de ao menos um dos nubentes), conforme dispõe o art. 67, caput, da Lei Federal 6.015/73? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: foram verificados alguns assentos para confirmação dessa informação</p>
10	<p>É observada a territorialidade para a lavratura dos assentos de óbitos (lugar do falecimento ou no lugar de residência do <i>de cujus</i>), conforme dispõe o art. 77, caput, da Lei Federal 6.015/73? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: foram verificados alguns assentos para confirmação dessa informação</p>
11	<p>O registro tardio de nascimento é feito no lugar de residência do interessado mediante requerimento, impressão datiloscópica e fotografia do registrando, com 2 (duas) testemunhas devidamente qualificadas e entrevistadas pelo Oficial e demais requisitos do Provimento nº 149/2023 do Conselho Nacional de Justiça? () SIM (x) NÃO</p> <p>Observações/Providências: não existe arquivo de registro tardio. Foi informada a ausência de casos na serventia.</p>
12	<p>São encaminhadas ao Juiz competente as certidões de registro de nascimento onde foi estabelecida apenas a maternidade, consoante o disposto no art. 2º da Lei Federal 8.560/92? () SIM (x) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Foi apresentada comunicação protocolada fisicamente, via ofício.</p> <p>Deve ser orientada a encaminhar pelo Sistema PJE, assim como todos os demais procedimentos de consulta e dúvida. (classe 123 – averiguação de paternidade/assunto 5804 – investigação de paternidade)</p>
13	<p>Finalizado o procedimento de alteração de nome previsto nos artigos 55 e 56 da Lei 6015/73, têm sido feitas as comunicações necessárias aos órgãos de identificação civil e TSE, preferencialmente por meio eletrônico? () SIM (x) NÃO</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

	Observações/Providências: Não souberam informar e não foram localizados arquivos referentes a esse item
14	<p>Está sendo cumprido o Provimento CNJ nº 149/2023 quanto aos itens abaixo?</p> <ul style="list-style-type: none">- prestar as informações suficientes para individualizar a pessoa requerente (nome anterior, nome atualizado, nome dos pais, data de nascimento, documento de identidade e CPF), em documento cuja autenticidade possa ser verificada; () SIM () NÃO- informar à pessoa interessada que a retificação do seu prenome no Cadastro Eleitoral deverá ser por ela requerida à Justiça Eleitoral, mediante operação de revisão, o que é indispensável para possibilitar que certidões eleitorais e o caderno de votação contemplem o nome atual () SIM () NÃO <p>Observações/Providências: Item prejudicado diante da informação de que não ocorreram casos ainda. Deve ser observado o art. 515-e do Código Nacional de Normas</p>
15	<p>Encontram-se afixadas, nas dependências da serventia, em local de grande visibilidade, que permita fácil leitura e acesso ao público, informações claras sobre a gratuidade para a lavratura dos assentos de nascimento e de óbito, bem como pela emissão das respectivas primeiras certidões, conforme disposto no art. 30, §3º-C, da Lei Federal 6.015/73? () SIM (x) NÃO</p> <p>Observações/Providências: De forma ostensiva há o aviso de que somente é aceito pagamento via pix ou dinheiro</p>
16	<p>É observado o sistema de plantão nos sábados, domingos e feriados, conforme art. 4º, §1º, da Lei Federal 8.935/94? Possui aviso ao público do horário e local do plantão da serventia? () SIM (x) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Praticam atos durante o plantão e não há revezamento com a outra serventia de RCPN do município. Não há nenhum aviso na parte interna da serventia, apenas na placa externa de identificação.</p>
17	<p>Nos assentos de nascimento e óbito é obedecida pelo registrador, a grafia correta no nome dos registrandos, bem como é observada a vedação legal de registro de prenomes que exponham ao ridículo? (x) SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Realizam essa orientação e alerta no momento do registro</p>
18	<p>Antes da lavratura de qualquer registro de nascimento, a serventia realiza consulta prévia à Central de Informações de Registro Civil das Pessoas Naturais - CRC, a fim de verificar a existência de registro de nascimento lavrado com o mesmo número de Declaração de Nascido Vivo-DNV, conforme Recomendação nº 43/CNJ/2019? () SIM (x) NÃO</p> <p>Observações/Providências: A rotina observada consiste na verificação do formulário mínimo em que listam as informações e documentos que as partes devem trazer, e, após verificado que se encontra tudo em conformidade, lavram o registro.</p>
19	<p>Está sendo obedecido o prazo de 48h (quarenta e oito horas) para encaminhamento dos dados registrais das pessoas em estado de vulnerabilidade socioeconômica, para os Institutos de Identificação, para efeito de emissão de registro de identidade, nos termos do Provimento 149/2023 -CNJ? () SIM (x) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Item prejudicado, pois não foi possível identificar essa ocorrência devido ao estado de desordem verificado na serventia e a inobservância de outras regras de natureza cogente</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

20	<p>Os registros de nascimento e os assentos de óbitos contêm os requisitos exigidos, respectivamente, dos arts. 54 e 80 da Lei Federal n. 6.015/73, bem como seguem os padrões mínimos definidos pelo Provimento 63/2017- CNJ e Provimento 149/2023-CNJ? () SIM (x) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Os assentos possuem todos os dados da LRP mas não identificam os números dos selos. As certidões obedecem os modelos do provimento 63/2017.</p>
21	<p>A Serventia formaliza a notificação ao Juiz Corregedor Permanente, Ministério Público e/ou Polícia em caso de registros de nascimento quando a mãe é menor de 14 anos? () SIM (x) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Não apresentaram evidências quanto a esse item</p>
22	<p>São atendidas as determinações do Provimento nº 149/2023 do CNJ que instituiu a Central de Registro Civil – CRC, quanto às digitalizações, alimentação, pedidos de certidões e encaminhamento das comunicações dos registros e averbações feitos na serventia? () SIM (x) NÃO</p> <p>Observações/Providências: acervo é 100% físico e há cargas pendentes na CRC conforme consulta ao sistema alice : https://alice.registrocivil.org.br/public/dashboard/685a756b-fb27-48e7-a89f-93b84ae2e03a?uf=PA&cidade=PARAUAPEBAS&periodo_vencido=Sim</p>
23	<p>O acervo da serventia está digitalizado e integrado aos sistemas CRC e SIRC? () SIM (x) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Conforme evidências coletadas não estão realizando sequer o registro dos nascimentos na CRC. No SIRC foram identificados alguns registros lançados em 2023 e 2024, mas há pendências consolidadas como irregularidades da serventia (verificar relatórios gerados). Foram gerados relatórios do ano de 2023 e 2024 com as irregularidades específicas já apontadas no sistema.</p>
24	<p>São encaminhadas as comunicações mensais ao INSS, IBGE, Junta de Serviço Militar do Município, Secretaria de Saúde, Justiça Eleitoral, DETRAN e demais repartições e autoridades, consoante disposto no art. 49 da Lei Federal 6.015/73? () SIM (x) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Apresentado apenas o último comprovante de envio ao IBGE</p>
25	<p>Foram sanadas todas as irregularidades apontadas no relatório da inspeção realizada no ano anterior?() SIM () NÃO</p> <p>Observações/Providências: Item prejudicado diante da ausência de informações</p>
26	<p>A serventia está cumprindo as disposições do Provimento 149/2023-CNJ que trata sobre o cadastro, no Justiça Aberta, das unidades interligadas em funcionamento nos hospitais e maternidades? () SIM (x) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Não possuem unidade interligada</p>
27	<p>Providências a serem adotadas: Constam ao final dos relatórios consolidados</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO – TABELIONATO DE NOTAS

TABELIONATO DE NOTAS	
1	<p>A Serventia possui todos os livros próprios das atribuições de Tabelionato de Notas, conforme legislação em vigor? (x.) SIM () NÃO Observações/Providências:</p>
2	<p>Mantém arquivadas as certidões e os documentos necessários à lavratura de escrituras relacionadas às transações imobiliárias, consoante o disposto na Lei Federal 7.433/85 e Decreto 93.240/86? (x) SIM () NÃO Observações/Providências: Conforme constatado em correição por amostragem. P.ex. escritura Livro 19-N fls. 108 a 111.</p>
3	<p>Mantém fichário de cartões de autógrafo? (x) SIM () NÃO Observações/Providências: De forma física e Virtual. As fichas de autografos mais recentes estão dispostas em amontoados no chão da servetnia, demonstrando absoluta desorganização e falta de zelo.</p>
4	<p>No reconhecimento de firmas, dentre os requisitos exigidos, tem sido mencionada a sua espécie (autenticidade ou semelhança), bem como o nome do signatário por extenso e de modo legível, inclusive quando houver mais de uma assinatura? (x) SIM () NÃO Observações/Providências: Na autenticidade possui livro específico nos casos em que o documento já vem preenchido.</p>
5	<p>É observada a vedação do reconhecimento de firma em documentos sem data, pós-datado, incompleto ou que contenha espaços em branco? (x) SIM () NÃO Observações/Providências:</p>
6	<p>Decorrido o prazo de 30 (trinta) dias da data da lavratura, a escritura não assinada pelas partes faltantes é tornada sem efeito? (x) SIM () NÃO Observações/Providências: As escrituras são canceladas caso não venham assinar.</p>
7	<p>O tabelião, substituto ou escrevente, bem como as demais pessoas que comparecem aos atos, rubricam todas as folhas utilizadas? As rubricas são colhidas na margem que não é destinada à encadernação? () SIM (x) NÃO Observações/Providências: Não possui tabelião substituto.</p>
8	<p>Nos livros de folhas soltas, logo que concluídos, são lavrados os termos de encerramento, com posterior encadernação (art. 87, § 2º do Código de Normas)? () SIM (x) NÃO Observações/Providências: Alguns livros não estavam encadernados, e dispostos em fichas classificadoras do tipo AZ, o que provoca o furo na escritura e sua danificação, apresentando sério risco e falta de zelo com a segurança jurídica, finalidade precípua da serventia.</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

9	A Serventia já está integrada no Sistema de Atos Notarias Eletrônicos – e-Notariado, nos termos pelo Provimento 149/2023-CNJ? () SIM (x) NÃO Observações/Providências: Estão integrados ao e-notariado, mas nunca praticaram atos.
----------	---



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

10	<p>A Serventia já instituiu a matrícula notarial eletrônica, nos termos do art. 295 do Provimento 149/2023-CNJ?</p> <p><input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
11	<p>Remete ao CENSEC, até o 15º (décimo quinto) dia de cada mês subsequente ao da lavratura, relação dos inventários, partilhas, separações, divórcios, testamentos e suas revogações realizadas no mês anterior e demais determinações dos Provimentos nº 149/2023 e nº 56/2016 do CNJ?</p> <p><input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO</p> <p>Observações/Providências: Não estão alimentando a CENSEC.</p>
12	<p>Preenche, obrigatoriamente, antes da assinatura do ato, ficha padrão ou cartão de autógrafo das partes que pratiquem atos translativos de direitos, de outorga de poderes, de testamento ou de relevância jurídica?</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
13	<p>O Livro de Registro de Assinaturas para Reconhecimento de Firma Autêntica ou Verdadeira contém todos os elementos constantes do Capítulo XII do CN (Provimento Conjunto nº 02/2019-CJRMB/CJCI)?</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
14	<p>O tabelião informa ao Colégio Notarial do Brasil, em até 15 dias, os dados para alimentação ou atualização dos dados que compõem o Cadastro Único de Clientes do Notariado (CCN)? (CNJ, Prov. n. 149/2023-CNJ)</p> <p><input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO</p> <p>Observações/Providências: Ausência de alimentação e de atualização desse dado</p>
15	<p>Observa rigorosamente as formalidades necessárias à lavratura de testamentos, conforme disposto no artigo 20, § 4º, a Lei nº 8.935/1994 c/c artigo 1.864 e seguintes do Código Civil,</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
16	<p>O tabelião consulta a base de dados do Cadastro Único de Beneficiários Finais, com a complementação das informações com outras que puder extrair dos documentos disponíveis, para os fins de identificação do beneficiário final da operação? (CNJ, Prov. n. 149/2023, art. 167, § 3º)</p> <p><input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
17	<p>Existem pendências na central (CENSEC), nos diversos módulos, quanto a alimentação sobre escrituras e procurações públicas lavradas ou informação negativa da prática destes atos? (CNJ, Prov. 149/2023)</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO</p> <p>Observações/Providências: Identificadas diversas pendências, uma vez que nunca alimentaram o sistema (relatórios extraídos).</p>
18	<p>Existem pendências na central (CENSEC), nos diversos módulos, quanto a carga das informações dos atos notariais já lavrados, realizada regressivamente? (CNJ, Prov. 149/2023)</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO</p> <p>Observações/Providências: Identificadas diversas pendências, uma vez que nunca alimentaram o sistema (relatórios extraídos).</p>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

19	<p>A serventia extrajudicial cumpre os arts. 7º e 14 do Provimento 39 do CNJ, efetuando consulta o banco de dados da Central Nacional de Indisponibilidade de Bens – CNIB, consignando no ato notarial o resultado da pesquisa e o respectivo código gerado (hash), no desempenho regular de suas atividades e para a prática dos atos de ofício? (<input type="checkbox"/>) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências: Sem informações</p>
20	<p>Nos últimos três meses a Serventia formalizou alguma Escritura Pública de área rural a pessoa física ou jurídica estrangeira, assim considerada nos termos da legislação em vigor? Nelas, tem sido observadas as exigências do art. 9º e seu parágrafo único da Lei Federal n. 5.709/71, bem como o Decreto 74.965/74? (<input type="checkbox"/>) SIM (x) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
21	<p>É observado o disposto no artigo 8º, §3º, da Lei Federal nº 5.868/1972 nas escrituras públicas envolvendo imóvel rural, que não podem possuir área menor que o módulo rural previsto para a região? (x) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
22	<p>É observado o disposto no artigo 4º, inciso II, da Lei Federal nº 6.766/1979 nas escrituras públicas envolvendo imóvel urbano, que não podem possuir área menor que 125m² (cento e vinte e cinco metros quadrados)? (x) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
23	<p>Em caso de imunidade tributária, isenção ou não incidência do tributo está sendo mencionado na escritura o dispositivo constitucional ou legal que autoriza ou, se for o caso, referida a certidão expedida pela autoridade fiscal competente sobre o fato, conforme determina o art. 5º do Provimento n. 008/2002 - CGJ? (x) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
24	<p>A serventia fiscaliza o recolhimento dos tributos incidentes sobre os atos lavrados? (x) SIM (<input type="checkbox"/>) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
25	<p>Qual o último acesso realizado à Central Nacional de Indisponibilidade de Bens – CNIB? (CNJ, Prov. n. 39/2014)</p> <p>Observações/Providências: Sem informação</p>
26	<p>Foram sanadas todas as irregularidades apontadas no relatório da correição realizada anterior? (<input type="checkbox"/>) SIM (x) NÃO</p> <p>Observações/Providências:</p>
27	<p>Providências a serem adotadas: Constatam ao final dos relatórios consolidados</p>



**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

RECOMENDAÇÕES E DETERMINAÇÕES:

- RELATÓRIO COMUM A TODAS AS ATRIBUIÇÕES:

01. Designar substituto legal, inclusive alimentando os dados no sistema Justiça Aberta, conforme determina o art. 24 do Provimento Conjunto n. 002/2019-CJRMB/CJCI (CNSNR/PA) e art. 2º do Provimento nº 24/2012-CNJ (**ITENS 1 e 31**) **PRAZO: IMEDIATO.**

02. Regularizar o adimplemento do salário dos dois colaboradores, com o devido recolhimento das obrigações trabalhistas (FGTS e INSS), encaminhando a comprovação dessa providência à CGJ, no prazo máximo de 15 (quinze) dias (**ITEM 2**). **PRAZO: 15 DIAS.**

03. Elaborar e especificar as funções de trabalho de cada colaborador da serventia, respeitando as convenções trabalhistas vigentes. A serventia somente está autorizada a funcionar aos finais de semana mediante a criação, em conjunto com o 1º Ofício de RCPN da Comarca, da devida escala de plantão para a realização do revezamento, determinado pela LRP e no CNSNR/PA, do serviço de registro civil na Comarca, em regime de plantão de final de semana. A elaboração das funções de trabalho dos colaboradores e a escala de plantão devem ser homologados pelo Corregedor Permanente (**ITEM 3**). **PRAZO: 15 DIAS.**

04. Apresentar plano de adequação imediata da serventia, incluindo desde as instalações prediais, com a sua limpeza e conservação regular (salubridade ambiental), com a adequação das instalações elétricas e hidráulicas para que apresentem o mínimo de segurança, uso de equipamentos que propiciem o mínimo de conforto e segurança aos seus usuários, mobiliários ergonômicos e adequados, bebedouros, conforto térmico, bem como relativamente à organização, guarda e destino adequado dos livros e documentos existentes, que devem ser limpos, identificados, classificados, recuperados, organizados e conservados em armários salubres e que permitam manuseio. A limpeza regular, higienização, conforto térmico e ergonômico do espaço, com mobiliários e equipamentos adequados, organização e manutenção adequada dos arquivos, pastas, livros, armários equipamentos e instalações são necessárias e fundamentais conforme as observações contidas nos **ITENS 5, 6, 10, 12, 13 e 29 do formulário de correção**, representando grave violação aos deveres funcionais (art. 30 da Lei n. 8.935/94, arts. 4º, 22, I e 91 do CNSNR/PA). **PRAZO: 30 DIAS.**

05. Excluir da placa da serventia, cobrindo, imediatamente, o oferecimento de serviços estranhos à atividade notarial e de registro e cuja previsão não se encontra na tabela de emolumentos, por violação aos deveres funcionais estabelecidos pela Lei Federal nº 8.935/94 (**ITEM 8**). **PRAZO: IMEDIATO**

06. Providenciar e apresentar Alvará de Funcionamento obtido junto ao órgão de licenciamento municipal bem como ao Corpo de Bombeiros (**ITEM 9**) **PRAZO: 30 DIAS.**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

- 07.** Proporcionar acessibilidade física (rampa de acesso) a fim viabilizar melhor atendimento às pessoas com deficiência, lactantes e idosos **(ITEM 11) PRAZO: 30 DIAS.**
- 08.** Prestar atendimento com eficiência urbanidade e presteza, com a devida cordialidade e acolhimento ao público **(ITENS 15 e 18). PRAZO: IMEDIATO.**
- 09.** Cumprir e observar a jornada de trabalho de 08(oito) horas diárias, efetivando o pagamento das verbas trabalhistas (fgts e previdência), bem como da jornada extra aos colaboradores da serventia, informando ao Juízo Corregedor Permanente da Comarca e à CGJ o referido horário de funcionamento, com a apresentação dos comprovantes de adimplemento das obrigações trabalhistas já vencidas **(ITEM 17) PRAZO: IMEDIATO**
- 10.** Não limitar a distribuição de senhas diárias pois tal medida é incompatível com as reclamações decorrentes da insuficiente arrecadação **(ITEM 19) PRAZO: IMEDIATO**
- 11.** Regularizar o pagamento dos dois colaboradores existentes e contratar mão de obra adicional, com pelo menos mais um(a) colaborador(a) para fazer face à demanda da serventia **(ITEM 20) PRAZO: 15 DIAS.**
- 12.** Providenciar a imediata afixação da Tabela de Emolumentos para disponibilizar ao público. **(ITENS 21 e 28) PRAZO: IMEDIATO.**
- 13.** Fornecer recibo discriminado de forma automatizada dos emolumentos aos usuários, independentemente de solicitação, mantendo os registros correlatos. **(ITENS 22 e 28) PRAZO: IMEDIATO.**
- 14.** Atender os usuários em tempo razoável, limitado a 30(trinta) minutos, observando as prioridades legais (lactantes, gestantes, idosos e pessoas com deficiência). **(ITEM 23) PRAZO: IMEDIATO**
- 15.** Manter na serventia as leis, regulamentos, resoluções, provimentos, regimentos, ordens de serviço e quaisquer outros atos que digam respeito à sua atividade (Art. 30, IV, da Lei nº 8.935/94), bem como as legislações mencionadas no art. 22, do CN - Tomo II **(ITEM 24) PRAZO: IMEDIATO.**
- 16.** Encaminhar as dúvidas suscitadas ao Juízo competente (art. 30, XIII da Lei n. 8.935/94, art. 22, §2º da Lei n. 6.015/73, e art. 22, XIII do CNSNR/PA) **(ITEM 25) PRAZO: IMEDIATO.**
- 17.** Fica vedada a realização de furos e da utilização de pastas AZ para arquivamento dos atos registrais até a encadernação, devendo a serventia utilizar pastas classificadoras de plástico em substituição. Deve, ainda, o delegatário providenciar a restauração dos registros danificados (furados, rasgados e/ou deteriorados, conforme identificação, por amostragem,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

nas fotos que estão anexas ao presente relatório), em conformidade com a LRP **(ITEM 26) PRAZO: IMEDIATO.**

18. Providenciar o livro de Visitas e Correições **(ITEM 34) PRAZO: IMEDIATO.**

19. Providenciar a escrituração e impressão do Livro Diário Auxiliar de Receitas e Despesas dos últimos 05 (cinco) anos, submetendo-o ao visto do Juízo de Registros Públicos da Comarca. **(ITEM 35) PRAZO: 30 DIAS.**

20. Regularizar e atualizar as informações sobre a quantidade de colaboradores na serventia junto ao Sistema Justiça Aberta **(ITEM 37). PRAZO: IMEDIATO.**

21. Efetivar a integração completa e uso correto da CRC e CENSEC, cujas pendências de alimentação e resposta às ordens e obrigações devem ser regularizadas, bem como para o registro eletrônico de todos os atos atuais e pretéritos de seu ofício. **(ITEM: 39) PRAZO: 60 DIAS.**

22. Inserir a imagem do selo digital com o QRCODE ao final de cada ato notarial **(ITENS 43 e 52). PRAZO: IMEDIATO.**

23. Recomendar que as etiquetas autoadesivas, utilizadas para reconhecimento e autenticação, sejam confeccionadas com os mínimos requisitos de segurança, a exemplo das demais serventias correicionadas no Estado, a fim de evitar fraudes, considerando que as atuais etiquetas utilizadas (em branco), que podem ser adquiridas em qualquer papelaria, não representam segurança jurídica, podendo ser facilmente transportadas para outros documentos. **(ITENS 44 e 45). PRAZO: IMEDIATO.**

24. Remeter ao Tribunal a informação de utilização dos atos selados após a sua conclusão **(ITEM 46). PRAZO: IMEDIATO**

25. Regularizar as pendências nas prestações de contas dos selos digitais, conforme relatório situacional da SEPLAN **(ITEM 47). PRAZO: 15 DIAS.**

26. Regularizar o recolhimento das taxas devidas ao Tribunal (FRC e FRJ), conforme discriminado no Relatório Situacional da SEPLAN **(ITEM 54). PRAZO: 30 DIAS.**

27. Apresentar todas as comprovações de regularidade fiscal perante as Fazendas Públicas Municipal, Estadual e Federal (inclusive de contribuições previdenciárias), FGTS e Trabalhista (CNDT), pelo CPF do Delegatário e CNPJ da Serventia **(ITENS 55 a 60). PRAZO: 10 DIAS.**

28. Cumprir o disposto no art. 153 do Provimento CNJ nº 149/2023 (obrigação que já se encontrava fixada no art. 17 do Provimento CNJ 88/2019), informando à CGJ/PA até o dia 10



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

dos meses de janeiro e julho, a inexistência ou não de operações suspeitas nos seis meses anteriores **(ITEM 64). PRAZO: IMEDIATO.**

29. Providenciar o pleno cumprimento do Provimento CNJ 74/2018, conforme Anexo do referido normativo, devendo providenciar os seguintes itens: i) local técnico isolado com chave para guarda do equipamento (servidor de TI); ii) refrigeração do local de forma compatível com a quantidade de equipamentos e metragem; iii) Nobreak; iv) servidor com alta disponibilidade para retomada do atendimento em quinze minutos; v) switch para conexão de equipamentos internos; vi) software antivírus, firewall e proxy **(ITEM 70). PRAZO: 30 DIAS**

30. Providenciar backup físico externo e na nuvem **(ITEM 70). PRAZO: IMEDIATO**

31. Apresentar evidências de adequação à Lei Geral de Proteção de dados, em especial o mapeamento das atividades de tratamento de dados pessoais (coleta, processamento, armazenamento e compartilhamento de dados pessoais, por atribuição), sistema de controle de fluxo abrangendo todas as etapas de tratamento, política de privacidade acessível aos titulares, sua disponibilização em local de fácil visualização bem como dos meios de comunicação, medidas de cumprimento, canal de atendimento, formulário para terceiros e dados do encarregado disponíveis na serventia **(ITENS 71, 72, 74 e 75). PRAZO: 30 DIAS.**

32. Comprovar sua integração ao SERP e regularizar a integração, uso e alimentação correta da CRC pois foi identificado que a serventia utiliza o sistema para cadastro de CPF dos registrandos, e, porém, não efetiva consulta prévia da DNV, nem está procedendo à alimentação dos registros e do acervo existente, conforme relatórios de pendências e de utilização extraídos durante os trabalhos correicionais, detalhadas nos itens relativos à referida atribuição, abaixo discriminados (ITEM 76). PRAZO: 30 DIAS.

- RELATÓRIO DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS:

01. Sanear e organizar os arquivos do seu ofício, classificando a documentação física que deve ser digitalizada, por ordem cronológica. Os arquivos físicos cuja conservação ainda seja necessária conforme a Tabela de temporalidade do CNJ devem ser recuperados. **(ITEM 01). PRAZO: 30 DIAS**

02. Observar a proibição de uso de pastas AZ para manutenção dos livros em uso e/ou pendentes de encadernação bem como a vedação do uso de grampos, parafusos ou qualquer outro meio de perfuração dos referidos registros, conforme estabelece o art. 87, §2º do CNSNR/PA. **(ITEM 02). PRAZO: IMEDIATO**

03. Apresentar e cumprir plano de regularização dos documentos, arquivos e livros da serventia, voltado à organização, manutenção, guarda e recuperação dos registros já



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

deteriorados pelo mau uso e conservação, conforme fotos extraídas. **(ITEM 02). PRAZO: 15 DIAS**

04. Cumprir o prazo de 05(cinco) dias para realização das remissões recíprocas e comunicações encaminhadas junto aos cartórios em que existentes os registros primitivos **(ITEM 03). PRAZO: IMEDIATO**

05. Realizar as anotações nos atos anteriores das comunicações recebidas de outras serventias no prazo de cinco dias consoante disposto no arts. 106 e 107 da Lei Federal 6.015/73 **(ITEM 04). PRAZO: IMEDIATO**

06. Observar o Capítulo II, Título II do Provimento CNJ 149/2023 (Código Nacional de Normas) quanto à execução e manutenção de arquivos relativos ao realização do registro tardio **(ITEM 11). PRAZO: IMEDIATO**

07. Encaminhar ao Juiz competente, via Sistema PJE, na classe 123 – averiguação de paternidade/assunto 5804 – investigação de paternidade, as certidões de registro de nascimento onde foi estabelecida apenas a maternidade, consoante o disposto no art. 2º da Lei Federal 8.560/92 **(ITEM 12). PRAZO: IMEDIATO**

08. Comprovar que são realizadas as comunicações obrigatórias aos órgãos de identificação civil e ao TSE, quando concluídos os procedimentos de alteração de nome, conforme previsto nos artigos 55 e 56 da Lei 6015/73 **(ITEM 13). PRAZO: IMEDIATO**

09. Observar o art. 515-E do Código Nacional de Normas quanto ao procedimento extrajudicial de alteração do nome civil **(ITEM 14). PRAZO: IMEDIATO**

10. Cumprir o que determina o art. 30, §3º-C, da Lei Federal 6.015/73, afixando, em local de grande visibilidade na serventia, permitindo fácil leitura e acesso ao público, informações claras sobre a gratuidade para a lavratura dos assentos de nascimento e de óbito **(ITEM 15). PRAZO: IMEDIATO**

11. Apresentar e cumprir sistema de plantão nos sábados, domingos e feriados, em sistema de rodízio com as demais serventias de Registro Civil da Comarca, afixando os dados na área interna do cartório. A escala de plantão contemplando o rodízio com a serventia do 1º Ofício da Comarca deve ser homologada pelo Corregedor Permanente e comunicada a esta Corregedoria. **(ITEM 16). PRAZO: 15 DIAS**

12. Cumprir a recomendação CNJ 43/2019, efetivando consulta prévia à CRC antes da lavratura de qualquer registro de nascimento, a fim de verificar a existência de registro de nascimento lavrado com o mesmo número de Declaração de Nascido Vivo-DNV. **(ITEM 18). PRAZO: IMEDIATO**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

13. Cumprir o disposto no art.182, parágrafo único do Provimento CNJ 149/2023, exigência que já se encontrava estabelecida no Provimento CNJ 104/2020, quanto ao encaminhamento, no prazo de 48h, dos dados registrais de pessoas em situação de vulnerabilidade econômica para os Institutos de Identificação, para fins de emissão de registro de identidade **(ITEM 19). PRAZO: IMEDIATO**
14. Fazer constar nos registros de nascimento e assentos de óbitos os respectivos dados dos selos digitais **(ITEM 20). PRAZO: IMEDIATO**
15. Notificar o Juízo Corregedor Permanente, Ministério Público e/ou Polícia em caso de registros de nascimento quando a mãe é menor de 14 anos. **(ITEM 21). PRAZO: IMEDIATO**
16. Regularizar a alimentação e uso adequados da Central de Registro Civil – CRC, de forma IMEDIATA, procedendo às digitalizações, alimentações do acervo através de plano de ação, bem como regularizando, imediatamente, o atendimento dos pedidos de certidões e encaminhamento dos registros e averbações feitos na serventia, diante de todas as pendências identificadas, conforme relatórios extraídos e consultas realizadas no referido sistema e no sistema alice. **(ITEM 22). PRAZO: IMEDIATO**
17. Regularizar todas as pendências de alimentação (digitalização) e integração do acervo à CRC e SIRC, conforme todos os relatórios de irregularidades extraídos dos referidos sistemas, indicando uso inadequado e falta de alimentação de dados obrigatórios. **(ITEM 23). PRAZO: 30 DIAS**
18. Efetivar as comunicações mensais ao INSS, IBGE, Junta de Serviço Militar do Município, Secretaria de Saúde, Justiça Eleitoral, DETRAN e demais repartições e autoridades, de forma a cumprir o art. 49 da Lei Federal 6.015/73 **(ITEM 24). PRAZO: IMEDIATO**

- RELATÓRIO DE TABELIONATO DE NOTAS

01. Organizar, catalogar e armazenar adequadamente todas as fichas de autógrafos dispostas no chão da serventia **(ITEM 03) PRAZO: 60 DIAS**
02. Observar a proibição de uso de pastas AZ e de perfuração nas escrituras, devendo as folhas soltas ser mantidas em folhas plásticas até a conclusão do livro e regular encadernação, conforme Código de Normas, item esse objeto de apontamento na verificação contida no relatório geral de correção **(ITEM 08) PRAZO: IMEDIATO**
03. Comprovar o efetivo uso do e-Notariado, praticando atos do seu ofício **(ITEM 09) PRAZO: IMEDIATO**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

- 04.** Instituir a matrícula notarial eletrônica, conforme determina o art. 295 do Provimento 149/2023-CNJ **(ITEM 10). PRAZO: IMEDIATO**
- 05.** Alimentar e atualizar os dados que compõem o Cadastro único de Clientes do Notariado (CCN), bem como regularizar todas as pendências existentes na CENSEC mediante plano de ação **(ITENS 14, 17 e 18). PRAZO: 60 DIAS**
- 06.** Efetivar consulta à base de dados do Cadastro Único de Beneficiários finais, conforme estabelece o art. 167, §3º do Provimento CNJ 149/2023 **(ITEM 16). PRAZO: IMEDIATO**
- 07.** Realizar consulta prévia ao banco de dados da Central Nacional de Indisponibilidade de Bens – CNIB, antes da realização de qualquer ato notarial, devendo neste consignar o resultado da pesquisa e o respectivo código gerado (*hash*), no desempenho regular de suas atividades e para a prática dos atos de ofício. **(ITENS 19 e 25). PRAZO: IMEDIATO**

- DOCUMENTOS EM ANEXO:

Anexo I – Portaria do delegatário

Anexo II – Consultas, comunicações e telas de pendências - Sistemas CRC, SIRC e CENSEC

Anexo III – Fotos da serventia

Belém, data da assinatura eletrônica.

LUCIO BARRETO
GUERREIRO:8176 Assinado de forma digital por
LUCIO BARRETO GUERREIRO:8176
Dados: 2024.06.12 10:34:00 -03'00'

LÚCIO BARRETO GUERREIRO
Juiz Corregedor da CGJ

MONIQUE SOARES
LEITE:84396580282 Assinado de forma digital por
MONIQUE SOARES LEITE:84396580282
Dados: 2024.06.12 10:52:45 -03'00'

MONIQUE SOARES LEITE
Analista Judiciária da CGJ